Tipo do Movimento:

Publicação de Edital

Descrição:

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMARCA DA CAPITAL CARTÓRIO DA 3ª VARA EMPRESARIAL MM. JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA EMPRESARIAL COMARCA DA CAPITAL Processo nº: 0024643-24.2017.8.19.0001 Distribuição: 31/01/2017 Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial Autor: ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. E CONSTRUTORA ZADAR LTDA. ADMINISTRADOR JUDICIAL: Nascimento & Rezende Advogados, representado pelo seu sócio administrador, Wagner Madruga do Nascimento, inscrito na OAB/RJ nº 124.405, portador do CPF/MF nº 090.745.217-54 E D I T A L nos termos do artigo 52, parágrafo 1º, da Lei nº 11.101, DE 09 DE FEVREIRO DE 2005, passado na forma abaixo: O Doutor Luiz Alberto Carvalho Alves, Juiz de Direito Titular, da Terceira Vara Empresarial, Comarca da Capital, Estado do Rio de Janeiro, nesta data, FAZ SABER aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem que, devidamente instruído e depois de preenchidas as formalidades legais, foi, por decisão de folhas 943/949, datada de 08/02/2017, assinada pelo Juiz de Direito titular, deferido o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL de ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. E CONSTRUTORA ZADAR LTDA.; cujo resumo do pedido inicial e da decisão seguem transcritos adiante: 'RELATÓRIO Trata-se de pedido de recuperação judicial, com base nos art. 47 e seguintes da Lei 11.101/05, formulado pelas empresas ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 75 - sala 2.212, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.974.948/0001-02 e CONSTRUTORA ZADAR LTDA, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 75, sala 2.213, Centro, inscrita no CPF/MF sob o nº 30.183.941/0001-79. Alegam, em síntese, que fazem parte do Grupo RIWA, que são controladas pela sociedade RIWA S/A INCORPORAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, porém são juridicamente independentes, com patrimônio próprio e personalidades jurídicas próprias, possuindo relação econômica interligada com o grupo, trabalham com os mesmos fornecedores, atuam no mesmo segmento empresarial, compartilham garantias e desenvolvem projetos em parceria com a sociedade holding. As requerentes atuam no mercado de Engenharia Civil há 30 anos, com a prestação de serviços em estradas de rodagem, terraplanagem, pavimentação de vias em geral, desmatamento e reflorestamento de terras, saneamento geral, desmembramento de áreas ou glebas de terra para loteamento, construção de pontes e viadutos, locação de máquinas e equipamentos, entre outros serviços relacionados ao campo da Engenharia e Construção Civil em geral. Com a qualificação adquirida ao longo dos anos credenciou as requerentes a participarem de obras de extrema relevância para o Estado do Rio de Janeiro, nos Municípios de Rio das Ostras, Volta Redonda, Macaé, Niterói, Duque de Caxias e Rio de Janeiro (obras para as Olimpíadas de 2016), bem como para o Município de Vitória da Conquista/BA. Atuando também em Consórcios em diversas parcerias com outras empresas do ramo. Em 2014 as Requerentes celebraram entre si o Consórcio Onda Azul, para a execução das obras do Centro Olímpico de Esportes Aquáticos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, para atender as especificações do Comitê Olímpico Internacional (COI), foi necessário o desenvolvimento e a absorção de tecnologia até então inexistente no país, tornando o projeto complexo e de alto custo, sendo assim, parte substancial dos recursos financeiros aplicados ao referido projeto, vinham dos recebíveis dos contratos celebrados com as municipalidades da região dos lagos, que é onde se concentra parte considerável de seus ativos. A diminuição da arrecadação nos Municípios de Macaé e Rio das Ostras, em razão da queda da exploração de petróleo e gás, uma vez que suas receitas são, quase exclusivamente, oriundas dos royalties das commodities, em conjunto com uma série de atos, agravados pela crise sistêmica que o país atravessa e a baixa rentabilidade do projeto do Centro Olímpico, causaram um abalo na saúde financeira das Requerentes. Ao assumirem as obras do Velódromo e do Hipódromo, os investimentos eram maiores do que os recebíveis, sendo parte desse déficit financiado pelo caixa das empresas, diante desse quadro, outras obras foram prejudicadas, pois as Requerentes não possuíam recursos suficientes para que as referidas obras fossem realizadas dentro do prazo contratado, reduzindo a sua rentabilidade, o que levou a crise econômico-financeira ora apresentada. O soerguimento das empresas está pautado na vasta experiência no ramo de Engenharia Civil, agregada à própria credibilidade do GRUPO RIWA, responsável por inúmeras obras de grande importância para o Estado do Rio de Janeiro. As Requerentes possuem relevantes obras públicas em andamento, sendo o valor dos recebíveis decorrentes dos Contratos com a Administração Pública e o ativo imobilizado acumulado ao longo dos anos, plenamente capaz de cobrir as obrigações presentes e futuras, desde que seja possível o almejado

realinhamento do seu passivo com a atual realidade do seu fluxo de caixa, tornando-se viáveis e aptas a continuarem desenvolvendo seu objeto social. Resumidamente, o valor total do passivo das Requerentes é de R\$ 56.072.328,96 (cinquenta e seis milhões, setenta e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e noventa e seis centavos) concursais e R\$ 32.263.988,24 (trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos) extraconcursais, bem como àqueles originados nos consórcios celebrados pelas Requerentes. Salientam que todo o passivo trabalhista que está sendo discutido e renegociado perante à Justiça do Trabalho, não se submeterão aos efeitos da presente Recuperação Judicial, comprometendo-se as Requerentes a quitar tal passivo na forma e no tempo determinado pela Justiça Especializada, sem a necessidade de habilitação desses créditos perante este juízo. Informam que apresentarão em petição apartada a relação dos bens pessoais de seus administradores, bem como os extratos atualizados de suas contas bancárias, requerendo com fundamento no direito fundamental à inviolabilidade da vida privada (art. 5º, inciso X, da Constituição da República) seja determinado o seu acautelamento em cartório, com a expressa determinação de que o acesso a estes documentos só poderá se dar mediante requerimento justificado e autorização judicial, após manifestação das Requerentes e do Ministério Público. Ressaltam que grande parte dos seus contratos possuem cláusulas de rescisão e vencimento antecipado em caso de pedido de Recuperação Judicial por uma das partes. Todos esses contratos dizem respeito a atividade fim das Requerentes e são primordiais à continuidade da atividade empresarial exercida, sendo essencial para o êxito do cumprimento do plano recuperacional, motivo pelo qual, requerem a determinação por este D. Juízo o afastamento da cláusula de rescisão em caso de ajuizamento de recuperação judicial. Requererem, liminarmente, tutela de urgência, visando a autorização para participar de novos certames licitatórios, relativizando a exigência documental contida no art. 31, II da Lei de Licitações (certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica), bem como pela manutenção dos contratos já celebrados com a Administração Pública, visto que quase a totalidade do faturamento das Requerentes é oriundo dos referidos contratos, para obter êxito na presente Recuperação Judicial. Por fim, requer: (i) o deferimento do litisconsórcio ativo, uma vez que se trata de grupo econômico de fato; (ii) seja declarada a dispensa da apresentação de certidões negativas, em quaisquer circunstâncias, relacionadas às Requerentes, inclusive para que exerçam suas atividades e para contratem com o Poder Público; (iii) seja decretada a suspensão da eficácia das cláusulas que prevêm o ajuizamento de recuperação judicial como causa de rescisão de contrato; (iv) sejam suspensos os efeitos dos protestos para fins falimentares tirados contra as Requerentes, com a consequente extinção de eventuais pedidos de falência, tendo em vista o ajuizamento da presente Recuperação Judicial; (v) seja deferido o processamento da Recuperação Judicial, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005, nomeando-se o administrador judicial; que seja ordenada a suspensão de todas as ações e execuções contra as recuperandas; que seja determinado a dispensa da apresentação de certidões negativas; que seja intimado o Ministério Público e sejam expedidos ofícios competentes a fim de comunicar as Fazendas Públicas Federais, Estaduais e Municipais; que seja publicado o edital do art. 52, §1º da LRF. Reiterando, ainda, o pedido de tratamento confidencial à relação de bens pessoais de seus administradores e controladores, bem como aos dados de seus extratos bancários. FUNDAMENTAÇÃO E DISPOSITIVO A petição inicial expõe com clareza as causas da crise econômico-financeira das requerentes, conforme impõe o inciso I do art. 51 da Lei 11.101/05, e vem acompanhada da documentação exigida pelo inciso II do mesmo artigo. Por outro lado, as empresas requerentes atendem aos requisitos do artigo 48 da Lei 11.101/05, ao comprovar que estão em atividade há mais de 02 (dois) anos conforme se constata dos atos constitutivos e do comprovante de inscrição do CNPJ (fls. 429 e 431). Atendidas assim as prescrições legais, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 75 - sala 2.212, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.974.948/0001-02 e CONSTRUTORA ZADAR LTDA, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 75, sala 2.213, Centro, inscrita no CPF/MF sob o nº 30.183.941/0001-79, e determino, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05: 1) Nomeio para exercer a função de Administrador Judicial a pessoa jurídica Nascimento & Rezende Advogados, representado pelo seu sócio administrador, Wagner Madruga do Nascimento, inscrito na OAB/RJ nº 124.405, portador do CPF/MF nº 090.745.217-54, com curriculum devidamente arquivado em cartório, que desempenhará suas funções na forma dos incisos I e II do caput do artigo 22 da Lei 11.101/05, sem prejuízo das atribuições dos dispostos do artigo 27 do mesmo diploma legal na hipótese de não ser constituído o Comitê de Credores (art. 28 da L.R.F.). Deverá indicar a equipe interdisciplinar com os profissionais habilitados e os responsáveis pela condução do procedimento no ato da assinatura do termo, sendo, pelo menos, um destes sócio gerente da pessoa jurídica,

no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme art. 33 da L.R.F., ficando autorizada a intimação por via e-mail do cartório. Caberá, também, a pessoa jurídica, através de seu responsável, declarar que nunca prestou qualquer tipo de serviço de auditoria financeira ou contábil ou similar às empresas requerentes. 1.1) Deverá a equipe interdisciplinar elaborar, no prazo de 15 (quinze) dias, relatório circunstanciado de toda a atividade desempenhada da empresa, de caráter financeiro, econômico e quanto a sua atividade fim, à luz do Princípio da Absoluta Transparência, visando demonstrar ao juízo e aos credores a verdadeira realidade econômica financeira da empresa, nos termos do art. 22, II, $\zeta a \zeta$ (primeira parte) e $\zeta c \zeta$ da Lei no 11.101/05. 1.2) Deverá apresentar os relatórios mensais quanto ao desenvolvimento da atividade das requerentes (art. 22, II, $\zeta c \zeta$, segunda parte, da Lei no 11.101/05), que não se confunde com o relatório acima mencionado, até o 15º dia do mês subsequente. Todos os relatórios deverão ser protocolados pelo A. J. em um incidente ao processo principal, iniciado pelo relatório mencionado no item 1.2., juntando os demais, mensalmente e no mesmo feito, ficando a disposição dos credores e interessados. 1.3) Ao Administrador Judicial caberá, ainda, fiscalizar e auxiliar no andamento regular do procedimento e no cumprimento dos prazos legais. 1.4) Após a realização dos relatórios circunstanciados pelos quais demonstrarão a complexidade do trabalho a ser desempenhado, fixarei os honorários do Administrador Judicial, à luz dos comandos do art. 22 da L.R.F. 2) A dispensa da apresentação de certidões negativas para que as requerentes exerçam suas atividades, exceto para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. 3) Que as requerentes acrescentem após seu nome empresarial a expressão ζ em recuperação judicial ζ . 4) A suspensão de todas as ações e execuções contra as requerentes, na forma do art. 6º da Lei 11.101/05 e mais as exceções previstas no art. 49, parágrafos 3º e 4º da mesma Lei. 5) Que as requerentes apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial até o 10º dia do mês posterior, devendo estas serem autuadas em incidente separado aos autos principais, sob pena de destituição de seus administradores; 6) A expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05, onde conterá o resumo do pedido das devedoras, a presente decisão que defere o processamento da recuperação judicial e a relação nominal dos credores, contendo o valor atualizado do crédito e sua classificação. Deverá, ainda, conter a advertência do inciso III do mesmo dispositivo legal. O prazo para a habilitação ou divergência aos créditos relacionados pelas devedoras é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (art. 7º, § 1º da Lei n.º 11.101/05). Ressalta-se que por se tratar de fase administrativa da verificação dos créditos, as referidas divergências e habilitações deverão ser apresentadas diretamente ao Administrador Judicial. Na hipótese da inequívoca apresentação perante este juízo, deverá o cartório encaminhar, imediatamente, ao Administrador Judicial, podendo ser feito por e-mail institucional. As requerentes deverão apresentar em cartório mídia, em formato Microsoft word, contendo todas as informações necessárias para a publicação do referido edital no prazo de 5 (cinco) dias. 7) A intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município do Rio de Janeiro. 8) Comunicação à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e demais Estados onde as Recuperandas detenham registros de suas filiais para anotação do pedido de recuperação judicial nos registros; 9) Apresentem as requerentes o plano de recuperação judicial no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta decisão, de forma unificada ou separadamente conforme sua estratégia recuperacional, observando os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005. Com a apresentação expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei no 11.101/05, com prazo de 30 (trinta) dias para as objeções, devendo as requerentes providenciarem, no ato da apresentação do plano ou planos, a minuta do edital, em mídia formato microsoft-word e o devido recolhimento das custas processuais. Caso ainda não tenha sido publicada a lista de credores pelo Administrador Judicial, a legitimidade para apresentar objeção será daquele que já consta do edital das requerentes ou que tenha postulado a habilitação de crédito. 10) Publicada a relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial (art. 7º, § 2º, da Lei n.º 11.101/05), eventuais impugnações deverão ser protocoladas como incidentes à recuperação judicial e processada nos termos dos art. 13 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. 11) Observando os princípios da celeridade processual e eficiência da prestação jurisdicional, evitando-se tumultos no regular andamento do feito, que precisa tramitar de forma rápida e ligeira no prazo improrrogável de 180 dias até a eventual aprovação do plano, limito a intervenção dos credores e terceiros interessados nos autos principais da presente Recuperação Judicial, salvo quando determinado por lei, como por exemplo, apresentação de objeções ou recursos. Qualquer requerimento estranho ao regular andamento do feito deverá ser apresentado em apartado, em procedimento incidental, dando-se vista as requerentes, ao Ad. Jud. e ao M.P., vindo os autos conclusos. Cabe transcrever recente julgado quanto ao tema: AGRAVO INOMINADO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MANIFESTAÇÃO DOS CREDITORES. AUTOS SUPLEMENTARES. COMITÊ DE CREDITORES E ADMINISTRADOR JUDICIAL. ATRIBUIÇÕES LEGAIS. DECISÃO MANTIDA. 1. Da

análise da decisão ora guerreada, constata-se que não se privou a parte credora de se manifestar sobre as questões ventiladas e decididas na recuperação judicial, não havendo de se falar em violação ao princípio da transparência e ativismo dos credores. Na verdade, o que se primou, frise-se, corretamente, foi evitar a balbúrdia processual, com manifestações dos mais variados tipos de credores e com pleitos e intentos diversos nos autos da recuperação judicial. 2. Ademais, o Juízo a quo tão somente abriu os olhos ao disposto no artigo 27, inciso I, alínea d, e artigo 28, ambos da Lei 11.101/2005, segundo os quais, na recuperação judicial, incumbe ao Comitê de Credores apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados e, na sua falta, ao Administrador Judicial e, ainda, na incompatibilidade deste, ao juiz exercer tal atribuição, cuja observância se impõe. 3. Assim, não se está expurgando do processamento da recuperação judicial a parte credora, nem tampouco suas eventuais impugnações. Outrossim, em momento algum se proibiu ao credor o acesso aos autos ou o conhecimento acerca dos atos processuais que por ventura forem praticados nos autos principais, ressaltando-se que a mera determinação de que as reclamações sejam realizadas em autos suplementares não enseja violação a qualquer garantia constitucional. 4. Não se olvide que a recuperação encontra-se na fase postulatória, inexistindo notícia de deliberação acerca de eventual plano de recuperação, e, por isso, nada obsta que posteriormente apresentem os credores, objeção ao plano apresentado, nos moldes do artigo 55 da Lei 11.101/2005. 5. Saliente-se que não há na Lei citada qualquer óbice à instauração de autos suplementares, tampouco determinação para que as objeções e/ou manifestações dos credores tenham que ser acostadas aos autos principais e decididas sem a participação do Comitê dos Credores ou até mesmo da assembleia-geral de credores, a quem compete deliberar acerca da aprovação ou não do plano de recuperação (art. 56). 6. Ora, no caso concreto, nítida a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como à legislação que trata da matéria, ao permitir as manifestações dos credores, ainda que em autos suplementares e com pronunciamento do comitê ou do administrador nomeado a respeito da pretensão manifestada, repita-se, titulares de atribuições expressamente previstas na Lei 11.101/2005. Precedente do TRJ. 7. Dessa forma, mantém-se a decisão recorrida, por guardar consonância com a legislação em comento e com os princípios do contraditório e da ampla defesa. 8. Recurso não provido. (DES. JOSE CARLOS PAES - Julgamento: 27/05/2015 - DECIMA QUARTA CAMARA CIVEL) 12) Defiro o acautelamento das informações referente à relação dos bens particulares dos sócios, em cumprimento ao artigo 51, IV e VI da Lei 11.101/2005, em respeito aos direitos de personalidade e ao princípio constitucional da inviolabilidade da vida privada previsto no artigo 5º, X da CF. 13) Considerando que as demonstrações contábeis do ano de 2016 foram apresentadas até o mês de setembro, tragam as requerentes, no prazo de 15 (quinze) dias, as demonstrações contábeis dos meses de outubro a dezembro de 2016. 14) AO CARTÓRIO Sem prejuízo de todas as providências já determinadas ao cartório e as previstas, ressalto absoluta atenção: 14.1) Com o item 11 para que se evite tumulto processual. 14.2) Defiro de plano a inclusão do nome dos eventuais patronos no feito para as futuras publicações, cabendo ao cartório apenas cumprir. 14.3) Caberá ao cartório encaminhar todas as habilitações e divergências de crédito diretamente ao Administrador Judicial que forem apresentadas equivocadamente perante este juízo na fase de verificação administrativa dos créditos, (meio físico ou digital) mediante recibo, cabendo ao Administrador Judicial dar ciência ao habilitando. 15) DOS PRAZOS Ressalta-se a todos os interessados a nova sistemática de contagem dos prazos fixados no N.C.P.C. (art. 218 e seguintes), computando-se apenas os dias úteis quando a natureza deste for processual ou misto, compreendendo, também o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de suspensão das execuções (natureza mista), conforme o art. 189 da Lei n.º 11.101/05. 16) DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA Analisando os fatos narrados na inicial e os documentos acostados, verifica-se que as Requerentes atuam no ramo da prestação de serviços na área de Engenharia e Construção Civil, tendo em sua maioria contratos firmados com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e alguns Municípios, que atingem quase a totalidade do seu faturamento e os referidos possuem cláusulas resolutórias atribuindo poder ao ente público de findar a execução do contrato na hipótese de pedido de recuperação judicial. Tal cláusula vai de encontro ao Princípio da Preservação da Empresa e o Fim Social dos Contratos, não sendo razoável a possibilidade do cumprimento do conteúdo de seu comando com a imediata quebra das recuperandas que, em tese, se mostram viáveis quanto a superação de suas respectivas crises, ocasionando a extinção da fonte produtiva de riqueza, trabalho, tributos e bem esta social. Em razão de sua vasta experiência na área de construção de obras públicas e do seu conhecimento técnico específico, certo é que as referidas empresas venham ter novas oportunidades de contratar com o Poder Estatal, o que proporcionará maior eficácia a viabilização do cumprimento do plano de recuperação a ser apresentado, continuando a cumprir a atual e moderna concepção do fim social da empresa. Isto exposto, baseado no Princípio da Preservação da Empresa e do Fim Social dos Contratos (art. 47 da Lei 11.10/2005), no exercício do juízo universal conferido pela Lei no 11.101/05, e, considerando a especificidade da área de

atuação das sociedades empresárias requerentes, defiro a tutela de urgência e determino a dispensa das certidões negativas de quaisquer espécies, para a participação das requerentes em processos licitatórios de todas as espécies, bem como de seguir atuando nos contratos já existentes ou que porventura vier a conquistar, bem como para o recebimento dos valores que lhe forem devidos pela realização das obras licitadas, contratadas ou já realizadas, suspendendo os efeitos das referidas cláusulas resolutórias. Cientes os credores que terão o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital, para apresentar diretamente ao Administrador Judicial - Nascimento e Rezende Advogados, com endereço na Rua da Ajuda, nº 35, 17º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-915, suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados (art. 7º, § 1, Lei. 11.105/2005). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, a relação nominal dos credores com respectivos valores e classificação encontra-se disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (www.tjrj.jus.br), através do caminho Consultas > Relação Nominal de Credores, podendo ainda ser consultada junto à equipe da Administração Judicial, através do e-mail admjudzadar@nraa.com.br ou por telefone (21) 2240-9462.. Dado e passado na cidade do Rio de Janeiro, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete. Eu, Jerson Ferreira Lopes, Técnico em Atividade Judiciária, matr. 01/29936, o digitei _____ e Janice Magali Pires de Barros, Escrivã, matr. 01/13858, o subscrevo _____. Dr. Luiz Alberto Carvalho Alves - Juiz de Direito - Titular